

MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Claudio H. M (orgs.). Organizar e proteger: Trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

Lucas Ribeiro Campos¹

Durante muito tempo o mutualismo foi um tema pouco estudado, sendo considerado uma pré-história do movimento dos trabalhadores no Brasil, antes dos sindicatos (RODRIGUES, 1979). Apenas em 1990, com o estudo pioneiro de Tânia Regina de Luca, passou-se a olhar com mais cuidado para o associativismo mutualista no Brasil (LUCA, 1990). Nos últimos anos houve um crescimento de pesquisas sobre esse fenômeno em várias regiões do país, com encontros, reuniões e publicações em revistas e livros. A coletânea Organizar e proteger: Trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX), organizada por Marcelo Mac Cord e Cláudio Batalha, busca divulgar o resultado destas pesquisas.

Dividido em nove capítulos, o livro procura desconstruir alguns mitos historiográficos, como: a ideia da passividade e falta de organização dos trabalhadores livres no período escravista; a noção etapista da substituição das corporações de ofício pelas sociedades mutualistas, e destas pelos sindicatos; e a inexistência de consciência de classe fora dos sindicatos e dos partidos operários. Neste sentido, os autores da coletânea, independente de suas distintas concepções historiográficas, pretendem observar a atuação cotidiana dos trabalhadores, através de sua participação nas associações de auxílio mútuo.

Respeitando uma periodização, o livro abre com o capítulo de Mônica Martins, intitulado “A prática do auxílio mútuo nas corporações de ofícios no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX”. Nesse capítulo, a autora analisa o tema pouco estudado das corporações de ofícios nos primeiros anos do século XIX, ao observar a importância dessas organizações não apenas como conservadoras dos segredos e tradições do ofício, mas como responsáveis pela

¹ Mestrando em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

formação de uma experiência mutualista entre os trabalhadores no contexto colonial. Este capítulo é fundamental para entender de que forma as experiências de auxílio mútuo foram se gestando ainda nos primeiros anos do século XIX.

No segundo capítulo, “O associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador (1832-1930)”, Aldrin Castellucci discute a relação existente entre o surgimento das primeiras associações de artífices e a formação da classe operária na cidade de Salvador. Com o recorte mais longo dos textos da coletânea, pouco mais de um século, o autor procura colocar em evidência as peculiaridades que cercam a realidade da classe operária da capital baiana, que perpassa um debate que ainda necessita de mais pesquisas, sobre a relação entre cor da pele, ofício e a prática do mutualismo em si. O autor demonstra como trabalhadores, em sua maioria homens de cor, conquistaram espaços na vida política, através da atuação nas associações de auxílio mútuo. Deste modo, o seu olhar vai além do consenso na historiografia de que os trabalhadores de cor estavam em extrema penúria nos anos que seguem a escravidão e o pós-abolição.

David Lacerda no texto intitulado “Mutualismo, Trabalho e Política: a seção Império do Conselho de Estado e a organização dos trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro (1860-1882)”, analisa aspectos da lei e dos decretos de 1860 e a atuação do Conselho de Estado na aplicação desses regulamentos. Para o autor, tanto as normas como a atuação dos conselheiros legitimaram uma lógica de dominação política em relação às formas de associativismo. No entanto, as mutuais de trabalhadores possuíam uma margem de negociação que lhes permitiam acionar os mecanismos legais e elaborarem percepções divergentes em relação aos conselheiros do imperador. Seria interessante que estudos semelhantes observem o processo de regulamentação dessas associações em outras províncias, permitindo perceber o alcance do controle do Conselho de Estado para outros lugares além do Rio de Janeiro.

Em “Associativismo entre imigrantes portugueses no Rio de Janeiro imperial”, Ronaldo Pereira de Jesus analisa associações de imigrantes portugueses no Rio de Janeiro daquele período, detectando a existência de solidariedades verticais e horizontais entre a comunidade desses estrangeiros. O autor, utilizando as fontes do fundo documental do Conselho de Estado,

sinaliza para as possibilidades ainda existentes na utilização destes documentos. Para ele as pesquisas não devem se amparar apenas nos processos de regulamentação das associações enviados aos pareceristas do Conselho de Estado. É imprescindível a ampliação e o cruzamento de fontes nas investigações sobre o fenômeno do mutualismo no Brasil. O autor ainda chama atenção para a necessidade da constante construção de uma tipologia do fenômeno associativo para as futuras pesquisas, com o intuito de ampliar o conhecimento sobre esta prática.

No capítulo 5, “Mutualismo e identidade caixeiral: o caso da Sociedade Instrução e Amparo de Maceió (1882-1884)”, Osvaldo Maciel busca contribuir com a discussão sobre os limites e as possibilidades que uma sociedade mutualista da cidade de Maceió apresenta na construção de uma identidade para os trabalhadores do comércio. Maciel se debruça sobre as intrincadas disputas pela legitimidade de representação de uma identidade de classe, dentro de associações mutualistas. Este capítulo abre a possibilidade de discussões importantes que podem abarcar também outras categorias identitárias como raça e gênero.

Um dos organizadores da coletânea, Marcelo Mac Cord, traz sua contribuição com o capítulo “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais: mutualismo, cidadania e a reforma eleitoral de 1881 no Recife”. Neste texto, o autor busca demonstrar que a Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, já analisado em seu último livro (MAC CORD, 2012), acionou seus costumes comuns, muito ligado à cultura corporativa, para sedimentar uma sólida cultura política. Por meio desta categoria espinhosa, o autor chama atenção para o fato de que o grupo de artífices conferiu consistência às suas reivindicações, montando fortes redes clientelistas com figuras políticas importantes no Recife daquele período. Neste texto, Mac Cord aponta que os artífices associados, mesmo pressionados pelos interesses dos políticos da época, possivelmente não encaravam a situação como uma derrota, pois a subserviência e a conveniência em alguns momentos também traziam vantagens.

Cláudia Viscardi, no capítulo intitulado “O ethos mutualista: valores, costumes e festividades”, dialogando com a antropologia e a sociologia, busca identificar elementos que compuseram o ethos mutualista em associações no

final do século XIX e início do XX. Viscardi pretende apreender o universo cognitivo das mutuais, buscando perceber os sentimentos que motivavam os sujeitos a fazer parte dessa modalidade associativa. A autora procura compreender quais valores eram compartilhados e quais eram excluídos por tais instituições.

Assim como o texto de Viscardi, os dois últimos capítulos tratam do século XX. No capítulo 8, intitulado “A influência das associações voluntárias de socorros mútuos dos trabalhadores na sociedade de Florianópolis (1886-1931)”, Rafaela Leuchtenberger busca analisar como as associações voluntárias de socorros mútuos dos trabalhadores do Desterro e de Florianópolis procuravam interferir nas relações de trabalho e na luta pela conquista de direitos, além de estabelecerem ações disciplinadoras da conduta e do comportamento moral de seus sócios. Já no capítulo 9, “O mutualismo e seus diversos significados para os trabalhadores campineiros nas primeiras décadas do século XX”, Paula Christina Bin Nomelini analisou as associações na cidade de Campinas no início do século XX. A autora chama atenção para os embates em torno dos rumos das sociedades mutualistas em movimentos reivindicatórios em Campinas.

Algumas questões surgem com a leitura dos textos que compõem esta coletânea. Existe um esforço muito interessante de reunir trabalhos de pesquisas recentes com diversos autores de universidades espalhadas pelo Brasil e com concepções historiográficas até mesmo divergentes. Isto demonstra a qualidade e a importância de democratizar o espaço do debate sobre um determinado tema, independente de posicionamentos teóricos. Outro ponto interessante a ser mencionado é a diversidade de fontes utilizadas neste livro, como atas, estatutos, relatórios, demonstrativos de receita e despesa, legislações, censos, jornais, entre outros. Aqui certamente abre-se uma porta para os futuros pesquisadores explorarem estas fontes e usarem os dados estatísticos acumulados dessas pesquisas que ainda estão em andamento. Organizar e Proteger é de fato um verdadeiro serviço prestado aos pesquisadores que se interessam pelo tema do mutualismo no Brasil e surge para sedimentar este campo da história do trabalho. A expectativa agora se direciona para as próximas pesquisas que irão surgir inspiradas nesta iniciativa.

Referências bibliográficas

MAC CORD, M. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: UNICAMP, 2012.

LUCA, T. R. *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo/Brasília: Contexto/CNPQ, 1990.

RODRIGUES, J. A. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1979.